



## RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**Processo Ref.:** 00083.000892/2025-30

### 1. Administração Local como Parcela de Maior Relevância

Em atenção aos questionamentos apresentados, seguem os esclarecimentos quanto aos critérios adotados para definição das parcelas de maior relevância técnica.

Inicialmente, destaca-se que a utilização da curva ABC teve caráter meramente auxiliar, sendo empregada para demonstrar a representatividade econômica dos itens no conjunto da contratação, não se constituindo como critério exclusivo ou determinante para a definição da relevância técnica.

A seleção das parcelas de maior relevância considerou, de forma conjunta, os seguintes aspectos:

- (i) essencialidade do serviço para o funcionamento do sistema;
- (ii) complexidade executiva;
- (iii) risco operacional envolvido;
- (iv) necessidade de mão de obra especializada.

Nesse contexto, os itens posicionados no topo da curva foram analisados sob a ótica dos critérios acima, sendo considerados relevantes apenas aqueles que, além da representatividade econômica, possuem efetiva correspondência com a capacidade técnica necessária à execução do objeto.

No que se refere ao item "Administração Local", esclarece-se que o mesmo não integra o rol de parcelas de maior relevância técnica a serem comprovadas, tratando-se de componente indireto da execução contratual, razão pela qual não será objeto de exigência de atestado.

Quanto à interpretação de que referido item possuiria relevância superior a 90%, esclarece-se que tal percentual diz respeito ao peso acumulado da curva ABC, não representando a relevância individual do item.

### 2. Exigência de Profissional Habilitado (Responsável Técnico)

O questionamento não procede, porquanto o Termo de Referência contempla, de forma expressa, suficiente e juridicamente adequada, a exigência de qualificação técnico-profissional necessária à execução do objeto.

Com efeito, o item 19.7 estabelece, de maneira inequívoca, a obrigatoriedade de a licitante comprovar a **existência de profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, o qual será formalmente indicado como Responsável Técnico pela execução dos serviços.** Tal exigência encontra-se em plena consonância com a legislação que rege o exercício das atividades técnicas especializadas, assegurando que a execução contratual seja conduzida sob a supervisão de profissional habilitado, com competência legal para responder tecnicamente pelos serviços prestados.

De todo modo, com o intuito de conferir maior clareza, precisão técnica e segurança jurídica à exigência editalícia, procedeu-se à inclusão expressa da exigência de profissional habilitado na área de Engenharia Elétrica para o Item 3, conforme disposto no tópico 17.1.1 do Projeto Básico.

Assim, entende-se que a questão suscitada pela licitante restou devidamente sanada, não subsistindo qualquer obscuridade quanto à qualificação técnica exigida para a execução do objeto.

Importa destacar que a exigência de profissional devidamente registrado em conselho profissional não se limita a um requisito meramente formal, mas constitui elemento essencial para a garantia da adequada execução do objeto, especialmente considerando a natureza dos serviços envolvidos, que demandam conhecimento técnico especializado, observância de normas regulamentares e responsabilização técnica perante eventuais intercorrências.

Dessa forma, ao exigir a indicação prévia de responsável técnico habilitado, com vínculo comprovado com a licitante, a Administração assegura não apenas o atendimento aos requisitos legais de qualificação técnica,

mas também a mitigação de riscos operacionais, a conformidade com as normas técnicas aplicáveis e a adequada execução contratual.

Assim, resta plenamente demonstrado que o instrumento convocatório não apresenta qualquer lacuna quanto à exigência de profissional qualificado, estando devidamente estruturado para impedir a participação de empresas desprovidas de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, em estrita observância aos princípios da legalidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

### 3. Comprovação de Capacidade Técnica e Quantitativos Fracionados

Esclarece-se que o instrumento convocatório não exige correspondência literal e aritmética entre os quantitativos previstos no edital e aqueles consignados nos atestados de capacidade técnica apresentados pelas licitantes. A aferição da capacidade técnico-operacional é orientada por critérios de compatibilidade material com o objeto licitado, devendo ser analisada à luz da equivalência entre os serviços executados anteriormente e aqueles que se pretende contratar, especialmente quanto às suas características técnicas, grau de complexidade e relevância operacional no contexto da execução contratual.

Nesse sentido, a análise dos atestados não se restringe a uma verificação meramente quantitativa ou formal, mas sim a uma avaliação substancial da experiência demonstrada, considerando-se a aptidão da licitante para executar serviços de natureza similar, ainda que não idênticos em todos os seus elementos. Tal interpretação encontra respaldo no princípio do formalismo moderado e na vedação a exigências excessivamente restritivas, devendo a Administração privilegiar a efetiva demonstração de capacidade técnica, em detrimento de rigidez incompatível com a dinâmica do mercado.

Ademais, admite-se expressamente o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional mínima, possibilitando que a experiência da licitante seja demonstrada de forma cumulativa, desde que os documentos apresentados, em conjunto, evidenciem a execução de serviços compatíveis com o objeto. Igualmente, é plenamente válida a comprovação por meio de serviços similares ou equivalentes, desde que guardem pertinência com as exigências técnicas da contratação, não se exigindo identidade absoluta entre os objetos.

No tocante aos quantitativos eventualmente expressos de forma fracionada no edital, cumpre esclarecer que tais valores possuem caráter meramente referencial e indicativo, destinados à parametrização da relevância técnica das parcelas consideradas, não implicando, em hipótese alguma, a exigência de comprovação literal de frações de unidades físicas, o que, de fato, seria materialmente inviável. A interpretação adequada dessas disposições deve ser orientada pela razoabilidade e pela finalidade da exigência, qual seja, assegurar que a licitante detenha experiência suficiente para executar o objeto com segurança e eficiência.

Dessa forma, resta evidenciado que os critérios de comprovação da capacidade técnico-operacional foram estruturados de modo a garantir ampla competitividade, sem prejuízo da segurança técnica da contratação, afastando-se exigências desproporcionais ou inexecutáveis e assegurando a seleção de proposta apta à adequada execução contratual.

*(Assinado e datado eletronicamente)*

**Judivan de Oliveira Paz**  
**Coordenador de Produção Agropecuária**



Documento assinado eletronicamente por **Judivan Oliveira Paz, Coordenador de Produção Agropecuária**, em 13/05/2026, às 10:03, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **15338422** e o código CRC **235785DE**.